



A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JURUPIRANGA E OUTRAS DEMANDAS: RELATOS DE UMA EDUCAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO

Karla Janaina Barbalho Maciel; Rosilene Cândido da Silva Lima; Saulo José Veloso de Andrade; Maria Leonilde da Silva; Cátia Silene da Silva Araújo.

Prefeitura Municipal de Juripiranga, karlajanayna2011@hotmail.com; Prefeitura Municipal de Juripiranga, rosa.candido@hotmail.com; Prefeitura Municipal de Juripiranga, saulojosesiva@gmail.com; Programa de Pós Graduação em Formação de Professores (PPGFP-UEPB), leonildehistoria@hotmail.com Prefeitura Municipal de Juripiranga; catia.live@hotmail.com.

A educação brasileira tem passado por profundas transformações, dentre elas a inclusão das Pessoas com Deficiência no contexto da sala de aula regular. Pois o processo de inclusão dialoga em suma com outros saberes e/ou aspectos que povoa a escola regular na contemporaneidade. Nessa perspectiva ao longo desse percurso trazemos à tona as reflexões acerca da inclusão e suas interfaces vivenciadas na rede pública de ensino do município de Juripiranga-PB, bem como suas implicações. Diante deste cenário, buscamos ao longo do presente relato de experiência destacar a grande quantidade de crianças com deficiência e o processo de inclusão na escola regular possibilitada pelo município de Juripiranga. Para compreender o cenário da inclusão no contexto da rede municipal de ensino, usamos relatórios, fichas de matrículas e acompanhamento entre outros documentos. A priori partimos de uma reflexão cujo recorte é a escola Municipal Vereador José Grimaudo Tavares, onde foi iniciada em 2014 o processo de inclusão de crianças com deficiência. Pois foi nesse ano que a prefeitura através de convênio com o Governo Federal implantou a primeira Sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, do município. A sala implantada é do tipo 1 e atende hoje 29 alunos com diferentes deficiências, sendo estas crianças separadas por tipo de deficiências e grau de comprometimento. Diante do cenário apresentado, o município tomou para si essa preocupação, buscando formas de minimizar as dificuldades de crianças e docentes. Nesse sentido, ao longo dos últimos anos, foi crescente as formações, estudos, oficinas e melhorias físicas e estruturais de modo a melhor atender essa crescente demanda. Além das atividades regulares as Crianças com Deficiência ainda dispõem de atendimento na sala de AEE para o desenvolvimento de habilidades, além de apoiar as atividades da sala de aula regular. Atualmente a Secretaria de Educação de Juripiranga dispõe de uma coordenação de “Educação Especial” voltada para atendimento as demandas das crianças com deficiência matriculadas nas escolas. Com o crescimento das demandas nos últimos anos, o governo municipal ampliou o número de salas de AEE. De uma sala em 2014, Juripiranga conta hoje com três unidades, sendo as duas mais recentes construídas e equipadas com recursos próprios. Além dos movimentos em busca por melhorias no acesso, a luta pela permanência e terminalização dos estudos das PCD's tem sido uma constante nas ações educacionais pensadas e articuladas pelo município. Recentemente o município promoveu uma formação voltada para o processo de avaliação das crianças com deficiência. Além do trabalho focado para atendimento as demandas da educação especial, o município tem avançado no processo de inserção dos indivíduos, no contexto da aprendizagem significativa. Um dos avanços nesse sentido, foi a

(83) 3322-3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

contratação via concurso público de uma psicopedagoga na rede de ensino. Com a chegada da profissional além do apoio as questões voltadas para a criança com deficiência, a mesma vem realizando um trabalho singular junto as famílias e as crianças que embora não tenham uma deficiência em voga constatada por laudo, apresenta grandes dificuldades de aquisição dos saberes inerentes ao contexto da escola. O trabalho é focado no diálogo com os docentes, onde, é viabilizado o primeiro contato com as crianças e assim a construção de um diagnóstico que possibilita a escola acionar a rede de proteção e assim contribuir para o desenvolvimento pleno da criança. Além do trabalho realizado no contexto da escola, a presença da psicopedagoga realiza as ações em apoio às necessidades da escola na área externa. Pois é notável em algumas unidades a grande ausência de crianças e adolescentes. Esse cenário está visível principalmente na Escola Vereador José Grimaudo Tavares, unidade encravada em uma área de extrema pobreza social e carentes de ações para superação da pobreza. O trabalho de visitas as famílias cujo alunos estão ausentes da escola, busca amenizar os reflexos da falta destes sujeitos do espaço escolar, além de preocupar com a situação de aprendizagem destes que muitas vezes passam dias sem acessar a escola. Desta feita, o trabalho realizado busca consolidar uma educação que inclua, que transforme, mas que dialogue com a realidade dos educandos dando-lhes oportunidades para a construção do saber. Diante das colocações referenciadas ao longo do relato aqui apresentado, percebe-se que: mesmo com os avanços alcançados pela rede pública de ensino de Juripiranga-PB, ainda se tem um largo caminho a ser percorrido no contexto da inserção dos PCD's nas salas de aula regular. Principalmente no que concerne a formação de professores que tem sido ainda incipiente quando se volta para a temática da inclusão. Ao fazer tal reflexão sobre a inserção de crianças com deficiências na rede pública de ensino, também podemos destacar ações salutares como o aumento com recursos próprios das salas de AEE que junto ao trabalho dos docentes nas salas regulares ampliam as possibilidades de desenvolvimento das crianças melhorando a aprendizagem. Outro aspecto importante é a oportunidade de formação para os docentes que atuam na rede de ensino, pois, a maioria dos profissionais possuem poucas informações sobre como contribuir de forma positiva e significativa no desenvolvimento dos mesmos. O fato é que cada um aborda situações cotidianas e, muitas vezes, recorrentes da maneira que julga correto, baseando-se, possivelmente, em sua própria formação escolar, familiar, ou em conhecimentos diversos, mas próprios. Dessa forma, buscam solucionar problemas ou contribuir com algo embasado por experiências pessoais que, em grande parte, não possuem fundamento acadêmico ou especializado. Desta feita, tratamos aqui de um tema principal que é o da educação inclusiva, onde se pretende não apenas 'depositar' uma criança com necessidades educacionais especiais em classe regular, mas incluí-la realmente, torná-la parte da turma que é, prepará-la para vida em sociedade e, aos demais, a conviver com as diferenças e limitações alheias. Além das crianças com deficiência também buscamos refletir acerca das limitações das demais crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem e necessitam de apoio profissional para ampliar as possibilidades de aquisição do conhecimento.

Referências:

BRASIL. MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br



III CINTEDI

MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1985.

(83) 3322.3222
contato@cintedi.com.br
www.cintedi.com.br